

# **MÉTODO E TEORIA EM LUDWIG VON MISES**

Thiago Melara Adames

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira

CURITIBA

2014

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**THIAGO MELARA ADAMES**

**MÉTODO E TEORIA EM LUDWIG VON MISES**

Trabalho aprovada, no Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

---

Professor Doutor José Guilherme Silva Vieira  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

---

Professora Doutora Iara Vigo de Lima  
Departamento de Ciências econômicas, UFPR

---

Professor Doutor Marco Antonio Ribas Cavalieri  
Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

**Curitiba, 02 de Dezembro de 2014**

**Resumo:** Analisam-se os escritos metodológicos e econômicos de Ludwig von Mises, autor por quem tem crescido o interesse no Brasil. Boa parte da obra do economista austríaco é dedicada a justificar o método, fundado em sua teoria da ação humana, a Praxeologia. No presente trabalho, procura-se saber se o autor efetivamente fez uso de tal método. Para entender o que a Praxeologia representava para Mises, faz-se uma pequena revisão histórica das discussões metodológicas em voga no tempo de Mises, além de uma comparação entre o Historicismo, o Positivismo e a Praxeologia. A análise segue com o levantamento de algumas das críticas sofridas pela Praxeologia e das defesas apresentadas por Mises. É argumentado que alguns dos seguidores, na tentativa de validar o método praxeológico, perverteram a intenção original que Mises tinha ao criar um método apriorístico. Alguns dos limites desse método se refletem na teoria monetária e por isso são estudados mais a fundo.

**Palavras-Chaves:** Ludwig von Mises. Praxeologia. Metodologia. Escola Austríaca.

**Abstract:** Ludwig von Mises', an author for whom the interest has risen in Brazil, methodological and economic works are analysed. A great share of the Austrian economist's work was dedicated to justify his method, based on his theory of human action, Praxeology. The present work investigates if the author actually used his that method. A small historical review of the methodological debate in Mises's time and a comparison between Historicism, Positivism and Praxeology are made in order to properly understand what Praxeology meant for Mises. The analysis follows with some of the critiques made against Praxeology and the answers Mises had for them. It's shown that some of the attempts of Mises' heirs to defend Praxeology perverted his original intention with the *a priori* method. Some of the limits of this method are analysed more carefully for they have implications on monetary theory.

**Key–Words:** Ludwig von Mises. Praxeology. Methodology. Austrian School.

## INTRODUÇÃO

“O único objeto da educação é nos fazer ignorar os meros esquemas da educação. Sem educação corremos o perigo, horrível e mortal, de levar a sério as pessoas educadas. As últimas novidades da cultura, os últimos sofismas do anarquismo irão nos entusiasmar. Caso não sejamos educados, não saberemos quão antigas são todas as novas ideias.”

G. K. Chesterton

Há um crescente movimento libertário no Brasil. Institutos como o Ludwig von Mises Brasil e o Ordem Livre têm impulsionado uma corrente de pensamento muito diferente das que faziam parte do debate político e econômico do país. É principalmente um movimento exterior à academia, mas tem crescido dentro dela também. No momento em que começa a amadurecer e ganhar representação política no Brasil,<sup>1</sup> é necessário analisar, o mais detalhadamente possível, o pensamento dos autores que exercem influências sobre o movimento.

No presente trabalho, a análise é centrada na obra de Ludwig von Mises (1881-1973), importante pensador austríaco, com contribuições à Economia, à Filosofia Política e à Filosofia da Ciência. Mais especificamente, o trabalho busca analisar a relação entre o método propagado por Mises, a Praxeologia, e as teorias econômicas do autor. Costuma-se dizer que Praxeologia, com seus axiomas verdadeiros *a priori*, embasa a teoria econômica e empresta-lhe a certeza apodítica de suas deduções. É contra essa crença que se escreve este trabalho. Não se analisarão a Praxeologia e teorias misesianas contra outros métodos e teorias<sup>2</sup> mas sim a própria consistência das obras de Mises, no que diz respeito à Praxeologia. Para tanto, conferir-se-á se as teorias misesianas utilizam o método misesiano. Caldwell (1994) diz que críticas internalistas são mais interessantes, e Feijó

---

<sup>1</sup> Há o surgimento de partidos políticos, como o Liber e o Novo. Além disso, há uma guinada de parte do PSC a esse pensamento, que pode ser vista na candidatura de Pastor Everaldo à presidência.

<sup>2</sup> Para uma interessante comparação desse tipo, ver Aranzadi (2006). Por ser feito o contraponto de Mises e Gary Becker, autores com posições políticas próximas, as diferenças metodológicas se ressaltam ainda mais. Este procura analisar todas as ações humanas à luz da teoria econômica, aquele busca analisar a teoria econômica à luz da teoria da ação humana.

(2000b) levanta algumas, como a dificuldade de se diferenciar na prática ação de reação a algum estímulo. O que aqui se busca fazer é parecido.

O trabalho é composto de quatro partes além desta introdução. A primeira investiga por que Mises se dedicou tanto a desenvolver um método apriorístico e qual a importância da Praxeologia em sua obra. A resposta é buscada na contraposição entre Praxeologia e os métodos mais proeminentes no tempo de Mises, o Positivismo e o Historicismo.

A segunda parte analisa as dificuldades teóricas enfrentadas por Mises para conciliar seu método às suas teorias. Argumenta-se que a tentativa recorrente dos seguidores do autor de alegar a complementariedade entre Praxeologia e Timologia - algo, explicitamente, negado por Mises - é uma evidência de que o austríaco não conseguiu conciliá-los.

A terceira parte versa sobre a teoria monetária, procura-se mostrar que Mises criou suas teorias sobre a hipótese de que moeda é apenas meio de troca e que ele não percebeu que havia alguma alternativa. Estuda-se, então, algumas das implicações que a modificação da hipótese traria à teoria e a recomendações políticas.

## **1 PRAXEOLOGIA COMO TEORIA E REAÇÃO**

Tendo vivido na Viena do início do século XX, Ludwig von Mises viu de perto a ascensão de movimentos revolucionários como o Nazista na Alemanha e o Marxista-Leninista na Rússia e no leste europeu. Para o pensador austríaco, tais movimentos eram tão brutais por serem o ápice da negação da Economia - entendida, claro, como a tradição clássica e o ramo mengeriano da revolução marginalista. Os escritos econômicos deixavam muito clara a superioridade do livre mercado, tanto econômica como politicamente. Só havia apoio a ditaduras totalitárias, o que Mises chamou de a “crise da civilização ocidental”, porque os ensinamentos dos economistas passaram a ser ignorados (MISES, 1962, p.125-133). Foi contra as ideologias que puseram em xeque a Economia que escreveu

Mises suas considerações metodológicas. É como contraponto a essas ideologias, em especial, a positivista e a historicista, que será estudada a Praxeologia no presente trabalho.

Primeiramente, revisa-se o positivismo. Ainda que faça referência a Auguste Comte (MISES, 2010, p. 103-104), os grandes adversários intelectuais de Mises eram os positivistas lógicos do Círculo de Viena. Estes filósofos acreditavam que a tarefa da filosofia era analisar proposições científicas para torná-las claras e isentas de ambiguidade; para tanto, buscavam classificar cada proposição como ou analítica, isto é, tautológica, ou sintética, isto é, com conteúdo empírico, ou sem sentido, isto é, proposições que, por não poderem ser tidas como verdadeiras ou falsas, não poderiam ser consideradas científicas. Esse procedimento os levou a aceitar o monismo metodológico, ou seja, acreditavam que havia um método correto para todas as ciências.

Entretanto, havia uma grande dificuldade para se criar um critério indisputado que permitisse a classificação das proposições. O programa passou a ser atacado por isso. Popper<sup>3</sup> trouxe a ideia de Falseacionismo, ou seja, uma teoria científica deve ser passível de falsificação, e não verificação, como queriam os positivistas. Para além dos problemas teóricos, Kuhn, Feyerabend, Lakatos apresentaram casos em que grandes descobertas científicas foram feitas ao se ignorar o método da “boa ciência”, tanto do positivista quanto do falseacionista (BLAUG, 1993; CALDWELL, 1994). Ver-se-á logo que a Praxeologia é uma crítica bastante diferente aos positivistas.

Mas antes, relembrar-se-á o Historicismo. Movimento alemão - surgido como expressão, nas Ciências Sociais, do Romantismo - bastante influente na academia durante a segunda metade do século XIX, tornou-se notório como crítica à Economia Clássica, por esta buscar leis gerais em vez de estudar a história do desenvolvimento econômico das nações. Além disso, não aceitava muito bem a separação analítica da Economia de outras instituições que poderiam ser objeto de estudo do cientista social, como religião, cultura, lei, Estado, por exemplo. (BRUE, 2006)

---

<sup>3</sup> Interessante notar que enquanto vários economistas foram atraídos para o Falseacionismo de Popper, este, por influência de Friedrich A. Hayek, foi cada vez mais se aproximando da visão de Mises (FERNANDEZ, 2000).

Para além da importância de contraponto intelectual, a Escola Histórica Alemã exerceu papel fundamental no surgimento da Escola Austríaca, já que foi durante a *Methodenstreit* entre Karl Menger e Gustav Schmoller que os austríacos criaram um programa de pesquisa próprio e consistente (FEIJÓ, 2000). O *Methodenstreit*, ou Batalha dos Métodos, foi a disputa pelo melhor método a se seguir no estudo econômico, Menger defendia o método dedutivo; Schmoller, o indutivo (BRUE, 2006). Entretanto, mais importante do que o método em si, a Batalha era sobre o que deveria ser estudado. Menger acreditava em leis gerais, deduzidas do estudo do indivíduo e seu auto-interesse, enquanto Schmoller voltava-se para um estudo holístico e procurou desenvolver uma sociologia econômica (SHIONOYA, 2005). Como será visto adiante, Mises percebeu muito bem essa peculiaridade do debate e foi, em grande parte, à justificação do individualismo que se dedicou em seus trabalhos metodológicos.

Após essa pequena contextualização, é possível abordar a Praxeologia misesiana. Esta busca justificar as teorias econômicas apriorísticas - para Mises, as únicas pertencentes à Economia - dos autores clássicos e austríacos. Fala-se em justificar, porque, em seu último livro, Mises admite que a teoria precede o método, já que este só pode ser apreendido após a reflexão sobre como se chegou à teoria (MISES, 1962, p. vii). Tal visão contrasta com a disposição dos capítulos de sua obra mais importante, *Ação Humana*, de 1949, em que os primeiros capítulos se voltam ao método, para, a partir daí, os últimos versarem sobre teoria. Não chega a ser uma contradição, mas indica que a visão sobre antecendência entre método e teoria não estava muito clara antes da última empreitada sobre o tema, em *The Ultimate Foundations of Economic Science*, de 1962. Este ponto é, especialmente, importante para o presente trabalho, pois mostra que uma crítica à Praxeologia não é, necessariamente, uma crítica às teorias econômicas de Mises, ainda que tire destas a aura de inatacáveis.

Feitas essas considerações, estuda-se a Praxeologia<sup>4</sup>. Ela é a ciência geral da ação humana, assim leva em consideração apenas os fatos essenciais da ação e deixa de lado os aspectos acidentais que compõem uma ação específica qualquer. O principal *insight* – por isso, chamado de axioma da ação - de que parte o

---

<sup>4</sup> A exposição aqui segue a de Mises (2010), a não ser quando explicitado o contrário.

praxeologista é que humanos agem sempre visando a passar de um estado de menor satisfação para um de maior.

Tal constatação permite o estudo dos pré-requisitos da ação: vislumbre de uma situação melhor do que a atual e percepção da efetividade da ação. Por exemplo<sup>5</sup>, uma dona de casa com roupa no varal, ao perceber que começará a chover, terá de recolher a roupa para que não molhe; o melhor cenário possível visualizado era o de deixar as roupas secando ao sol, entretanto não pode ser alcançado por alguma ação da dona de casa<sup>6</sup>.

Mises ainda nota que para que ocorra uma ação, o ser agente deve poder estabelecer uma relação de causalidade entre suas ações e seus fins<sup>7</sup>. Que a ênfase seja dada à percepção de causalidade é uma forma de dar consistência a uma teoria que considera a ação racional enquanto evita o problema da indução de Hume, em que a causalidade não pode ser considerada um conceito lógico. Não é que Mises resolva o problema, mas consegue fugir dele<sup>8</sup>.

Para vislumbrar como a Praxeologia dá a Mises arsenal para atacar o Positivismo e o Historicismo, é preciso aprofundar o estudo das divergências entre estes e aquela. Contra o Positivismo, o que salta aos olhos é que, para Mises, há um dualismo metodológico e há proposições *a priori* que não são puras tautologias, mas têm conteúdos significativos na realidade.

A primeira divergência surge da constatação de que, enquanto as Ciências Naturais se focam em descobrir relações causais (Por que as coisas caem? Por que alguns elementos se juntam para formar uma molécula e outros não?), as Ciências

---

<sup>5</sup> O exemplo é meu.

<sup>6</sup> Admite-se que a dona de casa não possui superpoderes.

<sup>7</sup> Enfatize-se que não é necessário que, realmente, exista causalidade. Por exemplo, alguém que estude, por meio de resultados anteriores, quais as melhores dezenas para jogar na Mega Sena, estuda (age) para melhorar suas chances no jogo (o fim visado). A percepção da causalidade já basta para a ação, ainda que, na verdade, não haja relação alguma entre os resultados dos jogos passados e futuros, e, assim, estudá-los não cause aumento nas chances.

<sup>8</sup> É por isso que discordo de Hoppe (2011), para quem, Mises solucionou o problema kantiano de como o “mundo mental” e o mundo real se relacionam ao transformar a causalidade em categoria da ação. Entretanto, acredito que é preciso admitir inicialmente que há relação entre o mundo real e o percebido para que a categoria causalidade possua alguma validade. As relações causais poderiam estar sempre erradas, isso não afetaria sua característica de categoria da ação, mas não teria nada a dizer sobre a relação entre percepção e mundo real.



Sociais se focam nas relações teleológicas (Para que o homem produz? Para que o homem se casa?).

Para Mises (2010, p. 51-52), positivistas falhavam em perceber isso e acabavam tratando os seres humanos como objetos puros, que não agiam propositadamente, mas como resultado de um estímulo. Somente o estudo da ação humana é que poderia dar algum sentido ao estudo da Economia. Vale ressaltar que a teleologia pode ser considerada como causalidade, se os valores que motivam a ação forem considerados a causa da ação. Uma vez que a humanidade ainda não sabe exatamente como se formam os valores de alguém, eles devem ser considerados como dados. Se algum dia se descobrir como os valores se formam, não haverá necessidade de dualismo metodológico (MISES, 2010, p. 43).

A segunda discordância com o positivismo é de que, para Mises, há juízos sintéticos *a priori*<sup>9</sup>. Em seu argumento, Mises diz que a mente humana é dotada do aparato lógico com que apreende o mundo exterior, anteriormente, a qualquer experiência. Assim, para ele, é patente que haja algo na ação anterior à experiência, e, por isso, que se deva estudar a ação humana desta forma. Sem entrar na questão da existência de juízos sintéticos *a priori* é possível derrubar o argumento de Mises. Roderick Long (2008) aponta que o austríaco cai no psicologismo, isto é, confunde forma e conteúdo do pensamento, já que interpreta a lógica como característica da mente humana, em vez de característica do mundo real, apreendida pela mente.

Já na querela contra o Historicismo, pode-se ver a influência que Max Weber exerceu sobre Mises. Weber, considerado um dos representantes do Historicismo Alemão (BRUE, 2006; SHIONOYA, 2005), era bastante crítico da escola. Ele, e Mises o acompanha, critica os economistas históricos por hipostasiar conceitos sem uma correspondência na realidade. É curioso que se pense nos historicistas como aqueles que buscaram mais realismo para a Economia, quando eles refletiam sobre entes tão abstratos como “espírito do povo”:

“Chama a atenção o fato de o conceito ‘espírito do povo’ não estar sendo usado como um conceito relacional para captar e caracterizar provisoriamente uma diversidade e uma variedade de fenômenos

---

<sup>9</sup> Em *Ultimate Foundation of Economic Science*, Mises diz que não há importância na discussão sobre se o axioma da ação é sintético ou analítico, desde que seja considerado apriorístico. Definitivamente, não é analítico; se as classificações entre “sintética” e “analítica” forem válidas, parece-me que o axioma da ação deve ser considerado sintético.

individuais que ainda não obtiveram devida elaboração lógica. Ao contrário, o conceito de ‘espírito do povo’ aparece como uma essência uniforme e real, de caráter metafísico, como causa real e fonte da qual todas as manifestações são apenas ‘emanações’.” (WEBER, 1999, p. 7-8).

Isso se relaciona à crítica de Mises à proposta holística dos economistas históricos. Estes não percebiam que todos os fenômenos históricos são complexos e só podem ser interpretados com auxílio de uma teoria (MISES, 2003, p. 24-28). Para ele, a Praxeologia fornecia boa parte desses teoremas, mas os historicistas partiam de conceitos abstratos. Por não poder analisar o todo, o historiador deve, na verdade, escolher uma parte para estudar, não há como realizar essa escolha se não for por meio de juízo de valor. Isso acaba com as pretensões científicas do Historicismo<sup>10</sup>.

Ao se tomar tanto a crítica ao monismo como quanto ao holismo metodológico é que se percebe, mais claramente, a relevância do individualismo metodológico para Mises. O indivíduo, com suas preferências e valores, é o fato irreduzível da análise. O individualismo é o único método que permitiria uma ciência livre de juízos de valor ao mesmo tempo em que não cairia nos erros de assumir que o indivíduo apenas responde a estímulos exteriores ou é produto de seu ambiente histórico.

Além de ao Positivismo e ao Historicismo, a Praxeologia se contrapunha a outras ideologias, como Polilogismo, Behaviorismo, Panfiscalismo, Tradicionalismo, Meliorismo. Não é intenção deste trabalho revisar a análise que Mises faz delas, até porque, são aquelas duas as que mais tiveram impacto histórico. A análise mais interessante que se pode seguir é se, realmente, os erros cometidos poderiam ser a causa – ou uma das causas – da barbárie vista na Europa dos anos 1930 e 1940; se a Praxeologia, realmente, poderia ser o “remédio”, isto é, se ela não contém sua própria porção de erros.

Aqui serão feitas apenas algumas reflexões básicas, que não pretendem esgotar a discussão. Blaug (1993, p. 48) ressalta o caráter revolucionário dos positivistas<sup>11</sup>, Brue (2006) lembra que Werner Sombart foi defensor do Nacional

<sup>10</sup>Para mais críticas ao Historicismo, ver Mises (1957, p. 198-239).

<sup>11</sup>Leeson e Boettke (2006), entretanto, ressaltam que uma das intenções dos positivistas era retirar do Nazismo e do Marxismo a aceitação científica.

Socialismo. São fatos que parecem indicar que Mises, no mínimo, tinha boas razões para estar preocupado.

Entretanto, tomando como base a análise de Eric Voegelin (1982), vê-se que não apenas de negação dos princípios liberais alimentam-se os movimentos revolucionários. Estes podem, até mesmo, beneficiar-se de tais princípios. As discussões sobre método e ciência são importantes, mas não são tudo. Métodos errados podem atrasar a ciência, mas se forem buscados com boa-fé, serão descartados ou melhorados quando não produzirem os resultados desejados. O problema surge quando um método equivocado é tomado como sinônimo de ciência, e tudo que não se encaixa nele é visto como não ciência, loucura ou metafísica. A questão é menos intelectual do que política. A Escola Histórica apresentou pesquisas importantes, tinha bons argumentos a seu favor no debate metodológico, mas não era inatacável intelectualmente. Ainda assim, detinha o controle das universidades alemãs (BRUE, 2006), sua representação era desproporcionalmente maior do que suas conquistas intelectuais.

A partir dessas observações, é difícil acreditar que apontar a incorreção dos métodos poderia servir como cura à “crise da civilização ocidental”. Se os métodos equivocados eram adotados para tirar o prestígio da Economia, o desejo de negar a Economia era anterior a qualquer adoção de métodos. Mesmo a descoberta de um método universal e correto não poderia fazer quem desejava negar a Economia aceitá-la. A investigação metodológica, simplesmente, não é tão importante. Sua importância resume-se a apontar as inconsistências nos discursos dos cientistas. É isso que se procurou fazer no presente trabalho.

## **2 PRAXEOLOGIA COMO MÉTODO?**

Não é raro que se se refira à Praxeologia como o método da Escola Austríaca (ROTHABARD, 1977; HOPPE, 2010), ao menos em sua vertente misesiana. Entretanto, Praxeologia é a ciência mais geral em que a Economia, ciência mais específica, está inserida; a Economia, sem dúvida, se baseia nos *insights* praxeológicos, mas o seu método, Mises (2010, p. 291) deixa claro, é o das

construções imaginárias. Estas são “image[ns] conceitua[is] de uma série de eventos resultantes, como consequência lógica, dos elementos de ação empregados na sua formação” (MISES, 2010, p. 291). Tal método é o mesmo empregado pelo leigo na análise econômica do cotidiano, o que diferencia o economista é que este elabora sua construção “analisando criticamente suas condições e conclusões” (MISES, 2010, p. 291). O próprio Mises reconhece que esse método pode ser perigoso, já que, ao partir, de premissas equivocadas, o resultado será equivocado. Roderick Long (2013), admirador de Mises, ilumina a diferença entre as boas e más abstrações: estas são precisivas; aquelas, não precisivas. Enquanto as primeiras assumem que o que não está no modelo não existe, as segundas, simplesmente, não assumem a existência - mas não a negam - do que não está no modelo.

Para fazer as abstrações, o economista deve utilizar a compreensão (*vestehen*), que depende dos julgamentos de valor de quem analisa a situação e, por isso, não pode ser considerada estritamente científica, mas deve ser usada por ser a única opção. Mises desenvolveu um conceito, Timologia, para designar esses conhecimentos que alguém tem das valorações e desejos alheios, do ambiente social em que vive e age. Apesar de aceitar que o economista deve utilizar a experiência e percepção da realidade para desenvolver suas teorias, Mises (2010, p. 94) nega que isso afete o caráter apriorístico da Economia e reafirma tal visão (MISES, 1957, P. 271), ao dizer que Timologia não tem nada a ver com Praxeologia ou Economia, já que estas lidam com as decisões tomadas a partir de valores (preferências) dados e não com os valores em si. Essa negação é contraposta até pelo trabalho de seus admiradores. Roderick Long (2008), por exemplo, afirma que o método misesiano é, justamente, a junção de Praxeologia com Timologia. É aqui que as coisas começam a ficar nebulosas: como podem os defensores de Mises recorrerem a argumentos tão explicitamente negados por este? Sustenta-se aqui que isso se deve a Mises não seguir exatamente o método que diz seguir, que suas teorias têm bastantes observações empíricas, isto é, não apriorísticas.

Para sustentar a tese, analisa-se o exemplo que Mises (2010, p. 95) dá para mostrar que observações empíricas não impedem a Economia de ser uma ciência apriorística. Ele reconhece que a desutilidade do trabalho é conhecida por meio da experiência, mas - já que não há um objeto chamado “desutilidade do trabalho” -, que só a conhecemos indiretamente, devido a percebermos que pessoas preferem

não trabalhar a obter algumas vantagens que obteriam se trabalhassem. A observação, pois, seria conhecida por meio do conhecimento praxeológico: se alguém renuncia a alguma possível vantagem em nome do lazer, é porque esse alguém valoriza o lazer mais do que “trabalho + vantagens”, logo o lazer é mais valorizado do que o trabalho, e existe desutilidade no trabalho. O que Mises parece ignorar é que não há nenhuma forma de se saber, *a priori*, que o trabalho rende vantagens, que os homens desejariam obter vantagens se tivessem de trabalhar, que é apenas pela experiência, no meio social em que se vive e age, que isso pode ser conhecido. Mises, claramente, fez uso da Timologia, ainda que negasse.

Outra contestação ao método misesiano vem de Ludwig Lachmann (KIRZNER, 1982), que acreditava que o subjetivismo de Mises só ia até metade do caminho por não levar em conta as expectativas. O austríaco até desenvolveu muito bem uma teoria do subjetivismo de valores, mas não fez o mesmo com as expectativas. Por exemplo, enquanto Mises acreditava que uma queda no preço de um bem, tudo o mais constante, levaria ao aumento da demanda por tal bem, Lachmann dizia que a queda nos preços poderia criar expectativas de quedas futuras que, por sua vez, tenderiam a reduzir a demanda. As teorias de Mises se baseavam em hipóteses acerca das expectativas, mesmo que ele próprio não estivesse ciente disso.

Em sua resposta, o misesiano Garrison (1986) classifica as posições de Lachmann, de Mises e de Robert Lucas quanto ao equilíbrio, respectivamente, como *nunca*, *às vezes* e *sempre*. Em seguida defende a posição de *às vezes*, por acreditar que o processo de mercado e as instituições sociais têm algum poder coordenador, ainda que não possibilitem a existência de racionalidade nos termos de Lucas. A discussão acerca da natureza do equilíbrio e do processo de mercado é interessantíssima, mas não é o assunto aqui. O que realmente importa é que para defender a teoria misesiana, Garrison necessitou recorrer a constatações na realidade. Tais constatações não podem ser classificadas como *a priori* ou como verdades gerais<sup>12</sup> ou qualquer outra coisa que não como hipóteses. Hipóteses contestadas por outras correntes de pensamento. Stephan Boehm (KIRZNER, 1982, p. 52), acerca dessa discussão, fez o comentário que mais capta o tom da teses do

---

<sup>12</sup> Como seria a opinião de Rothbard, que não gostava do caráter kantiano da teoria de Mises e dizia adotar uma abordagem aristotélica.

presente trabalho: “[...]Tenho grande dificuldade em conciliar Mises, o praxeologista, com Mises, o economista.[...] Praxeologia não pode acomodar expectativas em nenhuma maneira significativa”<sup>13</sup>. Essa é uma das teses do presente trabalho.

Foi uma constatação similar que levou Hayek a se afastar do método misesiano. Para o Prêmio Nobel de 1974, a Praxeologia – ou o que ele chamava de “Pura Lógica da Escolha” – apresentava uma boa base, mas deixava boa parte do problema por responder. O equilíbrio para cada agente era tautológico e não levava necessariamente ao equilíbrio da economia. Para ele, o processo de coordenação de planos era o mais importante e sua explicação teórica deveria ser buscada num lugar outro que no axioma da ação (HAYEK, 1948; CALDWELL, 2009).

Mises contra-argumentou que seus trabalhos eram sobre teoria pura, isto é, não era sobre o que acontecia na realidade o tempo todo e em todos os lugares, mas que, sempre que as condições sobre que sua teoria versava estivessem presentes, ela seria válida. É esse tipo de resposta que Mises deu a Lachmann na discussão sobre como as expectativas afetavam a Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos (SELGIN, 1990). O que Mises parece não perceber é que esse tipo de resposta apenas dá margem a que se tenha uma interpretação teórica para cada caso, algo muito ao sabor dos economistas históricos. Mises teorizava sobre o ciclo econômico – não sobre um dos ciclos econômicos - ao mesmo tempo em que admitia que a conjuntura importava para definir a validade da teoria. As questões que surgem são: há mais de um tipo de ciclo econômico? Ou, ainda que teoricamente possíveis, os outros tipos de ciclos jamais ocorreram, e a teoria de Mises explicava todos os que realmente aconteceram? Qual a justificativa para rechaçar outras teorias econômicas, já que elas apenas discutem resultados consequentes de outras condições?

Gabriel Zanotti e Nicolas Cachanosky ([201-]) notam que é a linguagem confusa de Mises que permite que haja tanta controvérsia acerca de seu método. Para eles, a interpretação de Murray Rothbard (1957), de Mises como um apriorista extremo, é apenas uma das interpretações possíveis. Uma visão apontada como alternativa é a de Fritz Machlup (1955), em que a Praxeologia seria classificada

---

<sup>13</sup> Tradução própria. No original “[...] I have great difficulty in reconciling Mises, the praxeologista, with Mises, the economist. [...] Praxeology cannot accommodate expectations in any meaningful way.”

como os postulados fundamentais, assumidos e que não podem ser testados, enquanto o resto das teorias formaria as hipóteses auxiliares que poderiam ser testadas (Zanotti e Cachanosky chegam a comparar a proposta de Machlup a de Imre Lakatos<sup>14</sup>). Há alguns problemas com o artigo dos autores argentinos, e a elucidação deles deve trazer valiosos *insights* sobre os problemas do método de Mises.

Para início, no artigo citado, Machlup classificou Mises como apriorista extremo. Além disso, transformar a Praxeologia em postulados fundamentais é perder a exata noção do que ela, alegadamente, representa no corpo teórico misesiano. Para Mises (2010, p. 67), “o ponto de partida da praxeologia não consiste numa escolha de axiomas nem numa decisão sobre métodos de investigação, mas na reflexão sobre a essência da ação” A Praxeologia não é um conjunto de postulados que serve de base para um programa de pesquisa, ela é o único ponto de partida possível para a Economia. Como Rothbard ressalta em seu artigo, um praxeologista não acredita que testes sobre as deduções derivadas da Praxeologia poderiam ser feitos, mesmo que fossem desejados.

Mises desprezava historicistas por que não acreditavam em leis científicas universais. Para ele, a Praxeologia seria a prova de que é possível chegar a esse tipo de conhecimento. Pensá-la como um programa de pesquisa entre vários ou acreditar que ela precise do complemento da Timologia é negar que a Economia seja uma ciência livre de juízos de valor.

Esses problemas no texto de Zanotti e Cachanosky – e no já citado de Roderick Long – mostram como alguns admiradores de Mises, na tentativa de conciliar as proposições metodológicas do autor com suas teorias econômicas e com a metodologia de outros autores, acabam pervertendo as posições do austríaco. Ainda que suas indicações estejam mais próximas ao que Mises realmente fazia do que as indicações deste próprio, aqueles autores estão se afastando do método de Mises. Eles reconhecem os erros do mestre, mas em vez de admitir que ele tenha errado, preferem criar argumentos que mostrem que ele não defendia o que defendia.

---

<sup>14</sup> Para uma tentativa mais consistente, mas ainda incompatível com Mises, de transformar a Escola Austríaca num programa de pesquisa lakatosiano, ver Rizzo (KIRZNER, 1982, p. 53-74).

Isso deixa mais clara a tese deste artigo, discordar das posições metodológicas de Mises não quer dizer o mesmo que discordar de suas teorias. Perceber que não há um nexos tão forte entre o método e a ciência é fundamental para que não se adira incondicionalmente a teorias apenas por terem sido deduzidas de “verdades incontestáveis”. O que se defende aqui é que estas podem e devem ser contestadas.

Pois esse é um dos perigos em se aderir a métodos equivocados. Na prática, o pesquisador não se deixará limitar pelo método e seguirá com seus estudos, mas, ao analisar os trabalhos alheios, acabará desprezando por não haver seguido tal método. Fizeram isso os positivistas lógicos, fazem isso muito dos economistas “matemáticos” e econometristas<sup>15</sup>. Mises não teve grande proeminência na academia em grande parte por rejeitarem seus métodos<sup>16</sup>, mas também tinha certo desprezo por aqueles que não seguiam a Praxeologia<sup>17</sup>. J. N. Keynes, no século XIX, via como um desperdício a Batalha dos Métodos, já que cada lado tinha seus pontos positivos e suas limitações (BIANCHI, 1992). Já no século XX, Feyerabend (2009), com seu anarquismo, e Caldwell (1994), com o pluralismo, advogaram contra métodos únicos vistos como a “boa ciência”. É nesse espírito que o presente trabalho é escrito.

### 3 O CONTRASTE DA TEORIA MONETÁRIA

Um dos aspectos mais interessantes nos escritos sobre teoria monetária de Mises é o da história da origem da moeda, influenciado totalmente por Menger

---

<sup>15</sup> O pesquisador faz vários modelos para achar os que melhor se encaixam nas hipóteses que quer provar, assume vários pressupostos que não serão testados, acredita que não rejeitar uma hipótese é o mesmo que aceitá-la, confunde significância estatística com significância econômica, reformula o modelo com hipóteses *ad hoc* sempre que as previsões falham. Mas, ao ver o trabalho de algum economista “literário”, reclama por tudo ser apenas “blá, blá, blá” e diz a frase preferida daqueles que estudaram muito pouco de filosofia da ciência: “Isso não é ciência! É religião!”. Obviamente, nem todos agem assim.

<sup>16</sup> A frase de Mark Blaug resume o assunto: “[Os escritos de Mises] sobre os fundamentos da ciência econômica são tão idiossincráticos e dogmaticamente enunciados que temos até dúvida que tenham sido levados a sério por alguém” (1993, p. 130). Blaug, entretanto, admitia que Mises tinha importantes contribuições teóricas.

<sup>17</sup> Mises chegou a dizer que Friedman não era um economista, mas sim um estatístico (SALERNO, 2013).



(1892). Segundo os autores, no início, havia apenas escambo, isto é, troca direta. Mas o sistema não era muito eficiente e exigia compatibilidade de desejos, por exemplo, um pescador que quisesse pão, precisaria encontrar um padeiro que quisesse peixe. Entretanto, com o tempo, as pessoas se deram conta de que elas poderiam fazer trocas para conseguirem objetos que seriam trocados posteriormente. Caso o padeiro do exemplo anterior desejasse comer frango em vez de peixe, o pescador poderia trocar seu peixe por uma galinha com um fazendeiro e, depois, trocar a galinha pelo pão. Nesse sistema de trocas indiretas, alguns objetos se tornaram mais procurados por serem aceitos por mais pessoas. Devido a essa liquidez, esses objetos passaram a ser usados comumente como meio de trocas. O processo continuaria até que sobrasse apenas um objeto, que seria considerado a moeda.

Essa história é apresentada logo no início de *Theory of Money and Credit* e é tratada com bastantes detalhes. Já em *Ação Humana*, a preocupação de Mises é apresentá-la como caso exemplar de aplicação da Praxeologia. No primeiro livro, o capítulo se chama “A Origem do Dinheiro”; no segundo, “A Importância Epistemológica da Teoria da Origem da Moeda de Carl Menger”. Para o presente trabalho, essa segunda abordagem é muito interessante e será discutida mais detalhadamente.

Mises (2010, p. 473) chamou a teoria de Carl Menger de “uma irrefutável teoria praxeológica”, já que é a única que remete a origem da moeda a ações individuais. Para defender tal posição, argumenta que, se as trocas indiretas facilitam as transações, e as pessoas têm consciência disso, “mais cedo ou mais tarde, a troca indireta e a moeda passarão a existir” (MISES, 2010, p. 474). Ele contrapunha a teoria mengeriana às teorias que afirmavam que a moeda era criatura do Estado. Ele as descartava, já que era implausível imaginar que alguém havia tido um grande *insight* sobre trocas indiretas e bolado toda uma nova ordem econômica muito diferente da que em que estava inserido. Não haveria necessidade em ligar a história da moeda ao Estado, uma vez que a moeda era algo benéfico às pessoas e, portanto, poderia surgir espontaneamente por meio de ações voluntárias.

As afirmações de Mises parecem extremas, e é preciso investigar mais a fundo para entender quais são os erros do autor. O primeiro é não comentar sobre a

mudança de postura teórica de Menger, que passou a admitir que o Estado exercera papel crucial na instauração de um sistema monetário confiável (IKEDA, 2008). Mises (2010, p. 473) disse que Menger havia percebido “a importância de sua teoria para elucidação dos princípios fundamentais da Praxeologia e seus métodos de pesquisa”. Se Menger, ciente das implicações metodológicas da teoria, mudou de ideia, não se por em dúvida o método.

No entanto, é possível que Mises não visse tal mudança como crítica à Praxeologia, já que, uma página após defender a importância epistemológica da teoria mengerina, ele diz que “a questão histórica relativa à origem da troca indireta e da moeda [...] não diz respeito à Praxeologia” (MISES, 2010, p. 474). O que o levou a defender posições contrárias assim é questão para especulação. Parece que ele tentou emprestar à interpretação de surgimento espontâneo da moeda a autoridade da Praxeologia, mas, já que havia pouca evidência em favor da teoria<sup>18</sup>, não quis arriscar essa autoridade por uma interpretação histórica.

Entretanto, os erros mais graves surgem porque Mises pareceu não entender bem algumas das teorias adversárias. Diz ele que “no próprio conceito da moeda já está (*sic*) implícito todos os teoremas da teoria monetária” (MISES, 2010, p. 66). O conceito de moeda do autor é “de um meio de troca que seja de uso comum” (MISES, 2010, p. 465). Funções como de unidade de conta e reserva de valor são apenas aspectos secundários que surgem a partir da função principal (MISES, 1953, p. 29-37). O problema é que não há muitas explicações sobre como se chega ao conceito de moeda, e algumas explicações alternativas, simplesmente, não usam o mesmo conceito que Mises.

Por exemplo, A. Mitchell Innes (WRAY, 2004, p. 14-78) tinha uma visão completamente diferente, acreditava que dinheiro surgia como unidade de conta. Para ele, a história contada por Menger<sup>19</sup> não faz sentido, já que é improvável que, ao não ocorrer a dupla coincidência de desejos, as pessoas deixassem de realizar a transação. Voltando ao exemplo anterior, se este o padeiro não estivesse disposto a

---

<sup>18</sup> Klein e Selgin (2000) buscam evidência experimental para a teoria, entretanto a evidência é apenas um modelo que mostra que, numa sociedade em que ocorressem trocas indiretas, um objeto tenderia a ser adotado como moeda. Entretanto, uma das discussões acerca da origem da moeda é sobre se seria possível uma sociedade com comércio indireto desenvolvido sem uma moeda anterior. Os autores assumem um dos pressupostos de Menger para poder fazer a “comprovação” da teoria.

<sup>19</sup> Innes não se refere nominalmente a Menger, mas se contrapõe a esse tipo de história.

trocar pão por peixe naquele momento, o pescador poderia convencê-lo a dar o pão com a promessa de receber o peixe em algum outro momento. A diferença é acachapante, Innes chega a dizer que “não existe tal coisa de meio de troca. Venda e compra são troca de um bem por crédito. Crédito, e somente crédito, é dinheiro”<sup>20</sup> (WRAY, 2004, p. 76).

Na linha de Innes, Michael Hudson (WRAY, 2004, p. 99-127), apoiado por pesquisas históricas, remete o surgimento do dinheiro à unidade de conta em que eram contabilizadas as multas e dívidas dos cidadãos das sociedades antigas com as instituições públicas, como as da Mesopotâmia. De início, não havia transações feitas com essa unidade de conta, que servia apenas para que se mantivesse o controle contábil, com o tempo, o sistema se desenvolveu a ponto ser usado para acertar pagamentos entre pessoas. Milênios se passaram até que se iniciasse a cunhagem, isto é, houvesse o meio de troca que representasse a unidade de conta.

Mises (1953, p. 473-475) criticou Knapp, defensor da teoria de que o dinheiro era criatura do Estado, por criar um espantalho das outras teorias acerca do surgimento do dinheiro e chamá-las todas de metalistas. Mises alegava que havia uma grande gama de teorias diferentes que estavam no conceito de “metalismo” e que tratá-las como iguais apenas obscurecia o debate. Curiosamente, ele fez algo parecido com as teorias que não lhe agradavam. Considerou que, em todas elas, o dinheiro surgira porque algum burocrata disse que as pessoas deveriam transacionar com um meio de troca comum e emitido pelo Estado. Isso mostra que Mises acabou julgando as outras teorias a partir de sua própria. Como, para ele, a moeda é sempre um meio de troca, julgava que teorias que ligavam moeda ao Estado somente falavam sobre a imposição de um meio de troca comum. Com essa atitude, ele, simplesmente, não compreendeu sobre o que falavam boa parte das outras teorias<sup>21</sup>.

Além das disputas acerca da origem, as diferenças nos conceitos de dinheiro implicam diferentes recomendações de políticas monetária e fiscal,

---

<sup>20</sup> Tradução própria. No original: “There is no such thing as medium of exchange. A sale and purchase is the exchange of a commodity for a credit. Credit and credit alone is money”.

<sup>21</sup> Os autores aqui citados são apenas usados para marcar a diferença que pode existir entre as teorias sobre a origem do dinheiro. Innes escreveu depois da publicação da primeira edição de *Theory of Money and Credit*, e Hudson publicou seus trabalhos após a morte de Mises. Entretanto, as teorias que defendem já eram conhecidas, pelo menos, em alguma forma menos rebuscada, bem antes de Mises escrever sobre o assunto.

diferentes entendimentos do financiamento das empresas e diferentes teorias sobre os ciclos econômicos.

Vejam-se os ciclos<sup>22</sup>, como exemplo. Mises acreditava que eles são causados por uma descoordenação entre os investimentos nos bens de ordem mais alta, isto é, bens de capitais mais afastados do produto final, e nos bens de ordem mais baixa, isto é bens de consumo. Para o austríaco, no *boom*, os investimentos se dariam nos setores de ordem mais alta de uma forma incompatível com os bens de produção, efetivamente, disponíveis na economia. Esse descompasso ocorria porque a taxa de juros, cuja função é coordenar os investimentos de acordo com a preferência temporal dos consumidores, fora artificialmente reduzida por uma expansão artificial de crédito. A crise seria apenas o processo de ajuste da economia, que seguiria até que as valorações dos consumidores e os investimentos estivessem coordenados pela taxa de juros do mercado. Assim, todo o ciclo decorre de um aumento artificial no crédito. (MISES, 2010, p. 617-670).

Mises acredita nisso porque via a moeda como um meio de troca. Assim, sua quantidade não importa para o sistema, desde que não seja alterada. Qualquer quantidade serve, já que os preços se ajustarão a ela, e mudanças de preços serão sempre resultado de mudanças nas preferências dos consumidores. O mercado só pode ser descoordenado por uma inserção artificial de crédito, que seria confundido como moeda de verdade. Entretanto, para uma teoria em que o dinheiro é crédito e somente crédito, falar em expansão artificial não tem sentido algum. A quantidade de moeda, em si, não importa, por não guardar uma relação tão estreita com preços e taxas de juros. O crédito é a essência do sistema econômico e deve ser ajustado a sua demanda. É uma restrição de crédito que terá impactos deletérios no sistema. Numa teoria de juros como a horizontalista (ARESTIS; SAWYER, 2006, p. 273-290), por exemplo, a quantidade de dinheiro se ajusta à taxa de juros, que é politicamente determinada e não exerce influência tão clara sobre a distribuição dos investimentos nos diferentes setores.

Agora que já está claro que as teorias da origem da moeda, da taxa de juros e dos ciclos econômicos dependem da concepção que Mises tem de moeda,

---

<sup>22</sup> Acerca das implicações nas políticas monetária e fiscal, ver Wray (2004, p. 255-259). Para uma visão alternativa sobre crédito e financiamento, ver Schumpeter (1982, p. 67-86)

questiona-se se a Praxeologia realmente consegue embasar essa concepção. O que tem sido argumentado, neste trabalho, é que a ela não consegue dar base para as teorias que Mises desenvolveu, e o caso da teoria monetária é o mais claro. Como ele chegou àquela hipótese? Com certeza, não se pode alegar que seja uma verdade apriorística ou autoevidente. É apenas uma hipótese bastante contestável e contestada, o problema é que Mises não se deu conta disso.

A moeda também faz parte do argumento de Mises contra o Socialismo (MISES, 2012). Para o autor, a ausência de propriedade privada dos meios de produção numa economia socialista, impede a existência de mercado para eles. As decisões de investimento passam a ser políticas e buscam atender apenas as necessidades que os líderes do partido enxergam. A moeda é abolida, já que a sua função de ser meio de troca indireta deixa de fazer sentido. Sem moeda, não há maneira de se descobrir o preço correto, já que se perde a unidade de conta. A ausência do mecanismo de preços e do de incentivos, isto é, lucros e prejuízos, acaba tornando qualquer decisão arbitrária. Há tendência de consumo ao invés de acúmulo de capital, não há forma racional de se melhorar o processo de produção. Enfim, a ausência de uma unidade de conta acabará por solapar o sistema econômico.

Mises chegou a essa conclusão a partir de seu método dedutivo, tomando algumas das premissas já analisadas, como a da tendência ao equilíbrio orquestrada pelo sistema de preços e a da natureza do dinheiro. Mesmo que já não se acredite que tal método seja pura Praxeologia, sem dúvida não houve uma pesquisa empírica profunda para desenvolver o raciocínio. É um dos grandes atestados da qualidade de Mises como economista. Porém, não foi o único a chegar a essa conclusão. Um sociólogo/economista que levava muito em conta a História como Weber, desenvolveu uma teoria semelhante à de Mises, tanto que percebeu a relevância do trabalho deste e o citou em seu *Economia e Sociedade* já em 1920 (BARBIERI, 2013). É mais um exemplo de como a pluralidade de métodos pode ser saudável à Economia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tem crescido consideravelmente, no Brasil, o interesse pelas obras de Ludwig von Mises, sobretudo após o surgimento do instituto homônimo. Tanto na academia quanto fora dela, ocorre o resgate de títulos que não faziam parte da discussão econômica brasileira. Até no cenário político já é possível ver tal ascensão, com um candidato abertamente liberal – Pastor Everaldo - concorrendo à presidência da República, assessorado por um admirador de Mises, Bernardo Santoro.

Tal crescimento pede uma revisão das teorias de Mises. Este trabalho procurou contribuir com o debate e dar um passo no caminho da compreensão delas, ao analisar a metodologia que Mises prega, a Praxeologia, e que é muito apreciada por uma parte dos seguidores do autor – inclusive os associados ao Mises Institute -, enquanto é desprezada pelos críticos. Vale ressaltar que há muitos dos admiradores de Mises que não aceitam o método.

Aqui, compararam-se os preceitos do método praxeológico aos procedimentos adotados por Mises para chegar às suas teorias econômicas. A conclusão é que a Praxeologia é limitada demais para embasar completamente qualquer teoria que seja, e que Mises apela a inúmeras hipóteses que não podem ser consideradas apriorísticas.

Com isso, o escárnio por pesquisas aplicadas que busquem comprovar algumas das hipóteses básicas dos modelos é, absolutamente, injustificado. Mises caiu em uma armadilha em que muitos dos economistas “literários” caem: adotou hipóteses sem se dar conta de que as adotava. Um dos objetivos deste trabalho foi trazer à superfície algumas dessas hipóteses.

Entretanto, procurou-se ressaltar que, justamente por não haver uma ligação tão forte entre método e teoria, a crítica ao método não implica em uma crítica à sua teoria. As críticas aqui realizadas à Praxeologia não podem apagar o fato de que Mises foi um grande economista<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> Por exemplo, veja-se sua sofisticada explicação à hiperinflação alemã, utilizando *expectativas forward-looking*, que dava conta de esclarecer a aparente falta de liquidez num ambiente de inflação galopante. (LAIDLER; STADLER, 1998).

Também se procurou mostrar que tentativas de conciliar Praxeologia e Timologia como base das teorias são bem-vindas, mas não podem ser consideradas como misesianas. Selgin (1990) e Long (2006, 2008) têm textos profundos, cheios de boas ideias e observações, mas erram em tentar encaixar Mises num tipo de pensamento que ele próprio rejeitou<sup>24</sup>.

Para apreciar os pontos positivos da Praxeologia, estudou-se sua criação como impulso contra alguns dos erros metodológicos do início do século XX, como o positivismo e o historicismo. Ainda que não seja tão abrangente quanto queria Mises, a Praxeologia acerta em não se deixar apegar a dados sem constatar que eles só são captados com alguma influência teórica por trás.

No espírito da proposta de J. N. Keynes, procurou-se encontrar os pontos positivos e as limitações do método de Mises. Roderick Long (2008) disse que “Timologia sem Praxeologia é cega” e “Praxeologia sem Timologia é vazia”, isto é, uma análise empírica deve partir de algumas teorias, mas as teorias devem ser analisadas à luz da realidade. Espera-se que este trabalho traga reflexão para que, ao defender Ludwig von Mises, não se caia em um discurso vazio.

---

<sup>24</sup> Zanolli (1990, 2013) tenta conciliar a Praxeologia com as teorias de São Tomás de Aquino e Husserl. Para compatibilizar com os ensinamentos católicos, ele tem de desconsiderar a visão de Mises de que não há forma objetiva de se escolher valores. Já a Fenomenologia, o autor admite, é uma forma de levar a Praxeologia além do que se propõe. A proposta de Hill e Useton (1976) antecipou, em parte, as de Long, Selgin, Zanolli e Cachanosky de juntar Praxeologia e análise empírica no estudo da Economia.

## REFERÊNCIAS

ARANZADI, J. **Liberalism against liberalism**: Theoretical analysis of the work of Ludwig von Mises and Gary Becker. New York: Routledge, 2006.

ARESTIS, P.; SAWYER, M. (Ed.). **A handbook of alternative monetary economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2006.

BARBIERI, F. **História do debate do cálculo econômico socialista**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

BIANCHI, A. M. Muitos métodos é o método: A respeito do pluralismo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 135-142, 1992.

BLAUG, M. **Metodologia da Economia**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

BRUE, S. **História do pensamento econômico**. 6. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CALDWELL, B. **Beyond positivism**: Economic Methodology in the Twentieth Century. Revised Edition. New York: Routledge, 1994.

\_\_\_\_\_. A skirmish in the Popper Wars: Hutchinson versus Caldwell on Hayek, Popper, Mises and methodology. **Journal of Economic Methodology**, [s.l.], v. 16, n. 3, p. 315-324, 2009.

FEIJÓ, R. 2000a **Economia e Filosofia na Escola Austríaca**: Menger, Mises e Hayek. São Paulo: Nobel, 2000.

\_\_\_\_\_. 2000b Ludwig von Mises: as bases de sua Epistemologia e uma proposta de crítica internalista. **Revista de Economia Política**, São Paulo, n. 20, v. 3, p. 118-135, 2000.



FERNANDEZ, B. Popper, Hayek e a (im)possibilidade de predições específicas em Ciências Sociais. **Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 1, n. 5, 2000.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

GARRISON, R. From Lachmann to Lucas: On institutions, expectations and equilibrating tendencies. In: Kirzner, I. (Ed.). **Subjectivism, intelligibility and economic understanding**: essays in honor of Ludwig M. Lachmann on his Eightieth Birthday, New York: New York University Press, 1986. p. 87-101

HAYEK, F. **Individualism and economic order**. Chicago: The University of Chicago Press, 1948.

HILL, L.; USETON, G. The economic Epistemology of Ludwig von Mises. **Reason Papers**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 64-82, 1976.

HOPPE, H. **Ciência Econômica e o método austríaco**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

IKEDA Y. Carl Menger's monetary theory: a revisionist view. **The European Journal of the History of Economic Thought**, [s.l.], v. 15, n. 3, p. 455-473, 2008.

LAIDLER, D.; STADLER, G. Monetary explanations of the Weimar Republic hyperinflation: some neglected contributions in contemporary German literature. **Journal of Money, Credit and Banking**, [s.l.], v. 30, n. 4, p. 816-831, 1998.

LEESON, P. e BOETTKE, P. Was Mises right? **Review of Social Economy**, [s.l.], v. 64, n. 2, p. 247-265, 2006.

LONG, R. Rule-following, Praxeology and anarchy. **New Perspectives on Political Economy**, Praga, v. 2, n. 1, p. 36 – 46, 2006.

\_\_\_\_\_. **Wittgenstein, Austrian Economics, and the logic of action**: praxeological investigations, New York: Routledge, 2008.

\_\_\_\_\_. Realismo e abstração em Economia: Aristóteles e Ludwig von Mises contra Milton Friedman. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 53-73, 2013.

MACHLUP, F. The problem of verification in Economics. **Southern Economic Journal**, Chattanooga, v. 22, n. 1, p. 1-21, 1955.

MENGER, K. On the origin of money. **The Economic Journal**, Londres, v. 2, n. 6, p. 239-255, 1892.

MISES, L. **The theory of money and credit**. 2. ed. New Haven: Yale University, 1953.

\_\_\_\_\_. **Theory and History**. New Haven: Yale University, 1957.

\_\_\_\_\_. **The ultimate foundations of Economic Science: An essay on Method**. Princeton: D. Van Nostrand, 1962.

\_\_\_\_\_. **Epistemological problems of Economics**. 3. ed. Auburn: Ludwig von Mises Institute, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ação humana: um tratado de Economia**. 3. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **O cálculo econômico sob o socialismo**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2012.

KIRZNER, I. **Method, process and Austrian Economics**. Lexington: D. C. Heath and Company, 1982.

KLEIN, P.; SELGIN, G. Menger's theory of money: some experimental evidence. In John Smithin, (Ed.) **What is money?**. 2. ed. London: Routledge, 2000. p. 217-234.

ROTHBARD, M. In defense of “Extreme Apriorism”. **Southern Economic Journal**. Chattanooga, p. 314-320, 1957.

\_\_\_\_\_. Praxeology: the methodology of Austrian Economics. In:\_\_\_\_\_. **The Logic of Action One: Method, Money, and the Austrian School**. 2. ed. Cheltenham: Edward Elgar, 1997. p. 58-77.

SALERNO, J. Mises: “Friedman is not an Economist!”. **Mises Blog**. 13 maio 2013. Disponível em: < <http://goo.gl/DCxo0U>>. Acesso em: 18/11/2014.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SELGIN, G. **Praxeology and understanding**: an analysis of the controversy in Austrian Economics. Auburn: The Ludwig von Mises Institute, 1990.

SHIONOYA, Y. A methodological appraisal os Schmoller’s research program. In:\_\_\_\_\_. **The soul of German Historical School**. Boston: Springer Science, 2005. p. 13-30.

VOEGELIN, E. **A nova Ciência da Política**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

WRAY, L. (Ed.). **The credit and State theory of money**. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

ZANOTTI, G. **Fundamentos filosóficos y epistemológicos de la Praxeología**. 67 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Pontificia Universidad Católica Argentina, Buenos Aires, 1990.

\_\_\_\_\_. Uma proposta para superar o atual impasse epistemológico da Escola Austríaca. **MISES: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 27-32, 2013.

ZANOTTI, G.; CACHANOSKY, N. The epistemological implications of Machlup's interpretation of Mises's Epistemology. **Journal of the History of Economic Thought**. [s.l], [s.d]. Disponível em: <<http://goo.gl/BA3oK4>>. Acesso em: 20/06/2014.